

DISCURSO DO DR. CÉSAR ABRANCHES, PRESIDENTE DO  
CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA, PROFERIDO NO TRI-  
BUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA, NA SESSÃO SOLENE  
DE ABERTURA DOS TRIBUNAIS, EM 24 DE JANEIRO DE 1944

EXM.<sup>o</sup> CONSELHEIRO PRESIDENTE  
MINHAS SENHORAS :  
MEUS SENHORES :

**P**ELA segunda vez — me compete a mim, como Presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, dirigir a tôda a nobre Família Judicial as saudações e os votos de prosperidade dos Advogados que trabalham na área desta Relação.

Faço-o com prazer e no espírito de sempre.

O ano volvido foi, no intérimo dobar do Tempo, mais um curto momento em que assistimos, lado a lado — e cruzando-as — às nossas diversas mas convergentes canseiras ; em que, por isso, mesmo, se fortaleceu ainda o sentimento irmanante que liga os obreiros da mesma tarefa.

Cada um de nós que se detenha — e olhe.

E que nos diga se, dominando as amarguras da profissão, lhe não ficou uma grande pacificação interior ; aquela que dá a consciência de que as feridas da batalha e as angústias salutareas do árduo trabalho — não foram inteiramente em vão ; porque ajudaram a manter acêso o facho que temos de levar ano atrás de ano, até o passarmos à geração que se nos há de seguir.

Ao trágico espectáculo que o Mundo nos atira — pode ir

burcar-se a tendência para crer desencadeadas, sem remédio e sem termo, tôdas as fôrças da Destruição e do Mal.

Mas embora essa visão péssimista fôsse uma profecia que tudo acabe, que tudo se subverta — e sempre, nas sociedades renascidas e nas nações remodeladas, perdurará a aspiração mais alta de tôda a vida em grupo, à aspiração da justiça.

E enquanto lutamos para que essa aspiração tome forma concreta na disciplina do existir social — estaremos criando elos de solidariedade entre nós e para os outros.

É obra eterna — a que fazemos em espírito: se as circunstâncias mudam, no seu incansável *devoir*, não morre nunca o espírito que lhes infunde sentido de solidarismo e coerência, o espírito a que servimos.

Fala-se muito — e não sei se prematuramente — na reconstrução do Mundo do post-guerra.

Nestas preocupações — que parecem dominar os Gabinetes — encontraremos mais um motivo de singular fôrça para que se apertem os laços entre nós todos, os que colaboramos na ingente criação constante, sempre renovada e nunca acabada, que é a prática aplicação da justiça.

Mais do que nunca a Humanidade vai precisar do Jurista.

Se tôda a teoria traz, como dizia o Matemático, incalculáveis efeitos práticos («par surcroît») — labôr mais duro será contudo o daquêles que agem no Fôro e que, na carne viva dos interesses vivos, exercem a Arte da Cirurgia Judicial.

É um velho conceito — o dizer-se que a lei, por sua natureza abstracta, constitui uma rêde de parciais injustiças; e que da aplicação da lei abstracta, da sua acomodação ao caso concreto, ressalta a Justiça mais sensível aos Homens, aquela que desce familiarmente junto de cada um e lhe atribuí o que é seu.

Postos pelo Estado os grandes princípios fundamentais — a Justiça dum País é o que os Tribunais dela fizerem.

Por aqui se mede a grandeza duma missão.

Pela nossa parte — desejamos apenas que a missão do Advogado — mera parcela no trabalho comum — seja elevada à altura em que deve ser posta e desenvolver-se, como indispensável, insubstituível rodagem na grandiosa e delicada máquina da Justiça.

Temos para nós — como verdade adquirida — que, se não pode haver boa sentença com mau Juiz, também não pode haver boa sentença sem Advogado, ainda que mau.

Oxalá — e por tal voto terminarei — a lealíssima cooperação dos Advogados, que nesta ocasião tenho a honra de assegurar a V. Ex.<sup>a</sup>, possa dar-se já, no ano que decorre, não por entre o pesadelo dum Mundo em Guerra, mas sob a luz benéfica duma aurora de Paz.

Disse.

*César Abranches*